

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PARANÁ

DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA E ARQUITETURA

TERMO DE REFERÊNCIA – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA

RESPONSÁVEL PELA GESTÃO DO CONTRATO

Divisão de Contratos do Departamento de Engenharia e Arquitetura.

RESPONSÁVEL PELA FISCALIZAÇÃO TÉCNICA

Divisão de Engenharia do Departamento de Engenharia e Arquitetura

ANEXOS DO TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO I: PLANILHA DE SERVIÇOS E CUSTOS UNITÁRIOS

ANEXO II: CADERNO DE ENCARGOS DE ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

ANEXO III: RELAÇÃO DOS ENDEREÇOS DOS IMÓVEIS DA REGIONAL

1. DO OBJETO

O objeto do presente procedimento licitatório é o REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DE SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA DE REPAROS, ADEQUAÇÕES E MELHORIAS EM UNIDADES DO PODER JUDICIÁRIO INSTALADAS NAS COMARCAS COMPONENTES DA REGIONAL 01.

O regime de execução dos contratos decorrentes da ata será de empreitada por preço unitário.

Esta Ata tem por finalidade atender exclusivamente serviços comuns de engenharia que precisem ser realizados por empresa especializada e sob acompanhamento de profissional especializado nas áreas de engenharia e arquitetura.

2. DO PREÇO

O valor máximo estimado para utilização da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS é de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais).

A empresa licitante deverá oferecer proposta sobre o valor máximo da ATA, da qual será obtido percentual de desconto que incidirá sobre os valores da planilha de custos unitários anexa a este Termo de Referência. Portanto, não haverá necessidade de apresentação de valor unitário para cada item da planilha.

No preço proposto deverão ser considerados todos os elementos relativos a realização dos serviços, tais como transportes, materiais e armazenamento, equipamentos, ferramentas, mão-de-obra, encargos sociais e despesas indiretas, encargos fiscais, tributos, seguros, tarifas de água e luz, licenças, alvarás e outras despesas necessárias à perfeita execução dos serviços.

Na planilha orçamentária são apresentados os serviços com os custos unitários SEM a incidência do BDI. Para se determinar o valor final do item, deverá ser aplicado o Desconto e o BDI sobre o Valor apresentado na planilha orçamentária.

2.1. DA BASE REFERENCIAL DOS CUSTOS MÁXIMOS DOS SERVIÇOS:

A planilha dos custos unitários apresentada para composição do Custo dos Serviços foi elaborada pelo Departamento de Engenharia e Arquitetura com base nos preços DA PLANILHA SINAPI DO MÊS 06/2022, outras tabelas oficiais referência 05/2022 e cotações de mercado.

As publicações do SINAPI apresentam uma única base de dados para todo o estado do Paraná.

Para os serviços em que os valores de custos unitários de insumos ou serviços não estavam abrangidos pela Planilha SINAPI, foram utilizadas outras tabelas oficiais referenciais (ORSE, SBC, SICRO) e pesquisas de mercado, observando as diretrizes da IN 09/2019 para contratações de obras e serviços de engenharia deste Tribunal de Justiça.

Assim, atesta-se que os valores contidos na planilha de serviços em anexo encontram-se atualizados de acordo com os praticados no mercado para o ramo de engenharia e construção no Estado do Paraná.

Dada a natureza do procedimento, as empresas licitantes poderão avaliar a compatibilidade dos preços na formulação do percentual de desconto a ser aplicado sobre estes valores referenciais, de forma a evitar qualquer questionamento quanto a sua regularidade.

Todos os valores encontram-se atualizados, atendendo as normativas e decretos do TJPR.

2.2. DA ESTIMATIVA DE QUANTIDADES DE CADA ITEM:

Os itens indicados na planilha orçamentária de referência representam apenas os elementos que poderão ser conjugados para definir o escopo da contratação. Ou seja, os itens não serão contratados isoladamente, portanto é inviável definir um quantitativo mínimo de execução individual.

Assim, o referencial quantitativo para a presente licitação não se remete aos itens, mas ao valor máximo da ARP, cuja soma dos valores das contratações dela decorrentes não poderão exceder o valor máximo registrado.

2.3. DAS COMARCAS INTEGRANTES DA REGIONAL:

Todas as edificações em uso pelo TJPR nos municípios integrantes da lista de endereços de imóveis apresentados em anexo, em caráter não exaustivo.

2.4. DO BDI:

O BDI é variável e será aplicado a cada contratação sobre o custo dos serviços (CS) a serem contratados.

Para o objeto deste certame licitatório foram consideradas as taxas de Bonificação e Despesas Indiretas (BDI) e de Encargos Sociais conforme o regime COM desoneração (folha de pagamento). Tal fato não impedirá ao futuro contratado optar pela outra forma de recolhimento (conforme permite a LEI nº 13.161/2015) e assumir eventuais custos ou despesas superiores às definidas na planilha orçamentária.

Regime de recolhimento COM desoneração (4,5% sobre a receita bruta – CPRB para serviços de construção de edifícios):

O cálculo do BDI a ser aplicado para os seguintes grupos: obras e serviços de engenharia; aquisição e instalação de equipamentos; e serviços diferenciados deverá ser calculado para cada serviço a ser realizado, já que a alíquota ISS varia a cada município.

ATA - SERVIÇOS DE ENGENHARIA		
TABELA LIMITES PARA BDI - CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS		VALORES BDI
Em conformidade com acórdão N° 2.622/2013 TCU		Com desoneração
AC	Administração Central	3,00%
S+G	Segurança + Garantia	0,80%
R	Risco	0,97%
DF	Despesas Financeiras	0,59%
L	Lucro bruto	7,40%
I	Impostos	Y %
	PIS	0,65%
	COFINS	3,00%
	ISS	X %
	INSS relativo a CPRB	4,50%
TOTAL		%

ATA - SERVIÇOS DIFERENCIADOS		
TABELA LIMITES PARA BDI DIFERENCIADO		VALORES - BDI
Em conformidade com acórdão N° 2.622/2013 TCU		
AC	Administração Central	1,50%
S+G	Segurança + Garantia	0,30%
R	Risco	0,56%
DF	Despesas Financeiras	0,85%
L	Lucro bruto	3,99%

I	Impostos	Y %
	PIS	0,65%
	COFINS	3,00%
	ISS	X %
	INSS relativo a CPRB	
TOTAL		%

A alíquota X indicada para o ISS nas três tabelas apresentadas deverá avaliada no momento da contratação a ser realizada, adotando-se a base da alíquota vigente do município em que será realizado o serviço. Para a determinação de X, deverá ser realizada a multiplicação da alíquota adotada pelo município (a ser incidida sobre a mão de obra) e o fator 40% (representando o percentual de incidência da mão de obra sobre o valor do serviço).

Por exemplo: caso a alíquota do município seja de 4,00% sobre a mão de obra, adotando-se o fator de 40%, o valor de X será de 1,60%.

A alíquota Y indicada para os Impostos deverá ser a soma das alíquotas indicadas para o PIS, COFINS e ISS.

ATA - FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS		
TABELA LIMITES PARA BDI - FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS		VALORES BDI
Em conformidade com acórdão Nº 2.622/2013 TCU		
AC	Administração Central	1,50%
S+G	Segurança + Garantia	0,30%
R	Risco	0,56%
DF	Despesas Financeiras	0,85%
L	Lucro bruto	3,99%
I	Impostos	3,65 %
	PIS	0,65%
	COFINS	3,00%
	ISS	
	INSS relativo a CPRB	
TOTAL		11,42%

A fórmula a ser utilizada para o cálculo do BDI, em conformidade com o Acórdão N° 2.622/2013 – TCU, é a seguinte:

$$BDI = ((1 + (AC + S + R + G)) * (1 + DF) * (1 + L)) / ((1 - I)) - 1$$

Adotando-se a fórmula apresentada, tem-se os seguintes percentuais para o BDI para cada alíquota de ISS municipal:

ISS	BDI		
	Obras e serviços de engenharia	Serviços diferenciados	Aquisição e instalação de equipamentos
2,00%	24,31%	12,35%	11,42%
2,50%	24,59%	12,58%	11,42%
3,00%	24,86%	12,82%	11,42%
3,50%	25,14%	13,06%	11,42%
4,00%	25,41%	13,30%	11,42%
4,50%	25,69%	13,54%	11,42%
5,00%	25,97%	13,78%	11,42%

03. DOS CONTRATOS DECORRENTES DA ATA:

O exato dimensionamento das contratações decorrentes da ATA será avaliado conforme cada caso específico. Para cada contratação individual de obra a ser realizada, serão preliminarmente levantados todos os serviços necessários e, em seguida, elaborada planilha quantitativa orçamentária, a partir dos preços constantes da ARP (com o desconto e o BDI).

Para cada contratação, se necessário, será elaborado caderno de especificações técnicas especiais, contendo todos os dados necessários para a perfeita execução e fiscalização dos serviços contratados, respeitando os detalhamentos de serviços e especificações já constantes no edital

A planilha da contratação com os preços e quantitativos será encaminhada à empresa para aprovação, juntamente com todos os dados e informações necessárias à execução do objeto. A empresa deverá emitir resposta de aceitação, ou não (com as devidas justificativas), em até 5 (cinco) dias úteis do envio da planilha para análise.

Após os trâmites administrativos internos e autorização da contratação pelo Presidente deste Tribunal, será elaborado o termo contratual, conforme Minuta a ser anexada ao Edital, e após, emitida a Ordem de Execução dos Serviços.

04. DO PRAZO DE VIGÊNCIA DA ARP E DO PRAZO DE EXECUÇÃO DOS CONTRATOS DECORRENTES:

O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 01 (um) ano, contado a partir da publicação do seu extrato no Diário da Justiça Eletrônico, conforme § 1.º do art. 11 do Decreto Estadual 7.303/2021.

Os prazos de execução dos contratos individuais decorrentes da ARP terão início a partir da data estabelecida na Ordem de Execução dos Serviços e irão variar de 10 (dez) a 180 (cento e oitenta) dias, de acordo com definição do Departamento de Engenharia e Arquitetura no momento da formalização do pedido de contratação, levando em

consideração os aspectos como a complexidade e o valor dos serviços a serem contratados, em consonância com o § 2º, do art. 25 do Decreto Estadual nº 7.303.2021.

A apresentação de cronograma físico-financeiro ficará adstrita à contratação com prazo de execução superior a 30 dias. O cronograma físico-financeiro será definido pelo Departamento de Engenharia e Arquitetura, no momento da formalização do pedido de contratação. Para a fixação dos prazos e cronograma de desembolso serão considerados aspectos como a complexidade e o valor dos serviços a serem contratados.

Caso o expediente gerador da contratação apresente a necessidade de alteração de layout de salas ou solicite a execução de reparos que necessitem a elaboração de projeto arquitetônico ou detalhes executivos, estes deverão ser fornecidos à empresa contratada.

05. DA JUSTIFICATIVA

O Poder Judiciário do Paraná não possui em seu quadro de pessoal profissionais que executem os serviços de engenharia descritos neste termo, por não compreenderem atividades ligadas diretamente à atividade-fim desta Corte de Justiça.

O procedimento a ser realizado tem por finalidade assegurar um atendimento mais célere às unidades abrangidas no processo, para realização de reparos prediais, adequações e melhorias.

Tal iniciativa decorre da constatação de que, pelos procedimentos atualmente adotados, as soluções são morosas e complexas, dependentes de procedimento licitatório próprio para cada contratação. Com isso, resultam prejuízos aos trabalhos das unidades judiciárias e também de natureza econômica, pois a demora acaba por vezes em agravar os problemas gerando custos mais elevados para correção ou impedindo a adequada prestação dos serviços forenses.

Assim, por intermédio deste registro de preços os trabalhos de contratação serão agilizados, com atendimento mais célere e, conseqüentemente, haverá economia de tempo e valores para o Tribunal de Justiça, bem como ganhos de qualidade nas dependências das unidades judiciárias.

06. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

a) os serviços a serem contratados, decorrentes da ARP a ser formalizada, compreendem serviços de reparos, adequações e melhorias em instalações prediais. Estes serviços são comuns de engenharia, não possuem maior complexidade técnica e estão ao alcance de empresas e profissionais do ramo minimamente qualificados.

Enquadram-se, portanto, no conceito de “bens e serviços comuns”, pois os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos, por meio de especificações usuais de mercado, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão.

b) constituem-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência deste Tribunal de Justiça, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos;

07. DA CONTRATAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE.

Deixa-se de aplicar, no presente caso, o benefício previsto no art. 48, inciso I, do Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte e no art. 6º do Decreto Estadual nº 2.474/2015, que versa sobre a licitação exclusiva à participação de ME e EPP quando o valor global da contratação for de até R\$ 80.000,00, pois o preço máximo deste certame foi fixado em R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais).

Quanto aos benefícios dos incisos II e III do artigo 48 do referido Estatuto, não é possível prever a obrigatoriedade de subcontratação ou reserva de cota de 25% às microempresas ou EPP, já que são serviços deverão ser prestados por um único fornecedor. Além disso a execução do objeto por mais de uma empresa concomitantemente poderá trazer prejuízos ao prazo e à boa execução e a própria fiscalização do contrato.

08. DA VEDAÇÃO OU PERMISSÃO DA PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS REUNIDAS EM CONSÓRCIO

É vedada a participação de empresas reunidas em consórcio tendo em vista que não se trata de objeto de alta complexidade ou vulto que torne restrito o universo de possíveis licitantes. As empresas atuantes no mercado possuem, sozinhas, condições de realizar o objeto da licitação e de suprir os requisitos do edital, concorrendo entre si.

09. DA SUBCONTRATAÇÃO E DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

Não será admitida a subcontratação total ou parcial de serviços, a associação da **CONTRATADA** com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, sem a prévia e expressa autorização do **CONTRATANTE**, a seu exclusivo critério.

10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

As obrigações serão aquelas descritas na minuta contratual anexa ao Edital de Licitação e adotadas como padrão por esta Divisão.

11. DO PAGAMENTO.

O pagamento será efetuado conforme procedimento descrito na Minuta Contratual anexa ao Edital de Licitação.

12. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

A Garantia de execução será exigida para as contratações de valor acima do limite estabelecido pela lei para dispensa de licitação em razão do valor – R\$33.000,00), e deverá ser apresentada conforme previsto na Minuta Contratual anexa ao Edital de Licitação.

13. DO SEGURO DE RESPONSABILIDADE CIVIL

O Seguro de Responsabilidade Civil será exigido para contratações com serviços em altura, alta tensão ou que ofereçam médio ou alto risco e deverá ser apresentado pela Contratada conforme exigências estabelecidas na Minuta Contratual anexa ao Edital de Licitação;

14. DAS PENALIDADES

Conforme previsto na Minuta Contratual anexa ao Edital de Licitação.

ANEXO 1 – PLANILHA DE SERVIÇOS E CUSTOS UNITÁRIOS

ANEXO II – CADERNO DE ENCARGOS DE ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

ANEXO III – RELAÇÃO DOS ENDEREÇOS DOS IMÓVEIS DA REGIONAL